

DEWG

Em 2015, durante a liderança da Turquia do G20, a importância adquirida pela agenda digital foi ressaltada pela primeira vez no agrupamento, em um único parágrafo da Declaração da Cúpula de Antália (15-16/11/2015), que então evidenciou a relevância da transformação digital para o crescimento econômico, a segurança cibernética e a proteção da propriedade intelectual, além de incluir breve menção a desigualdades digitais no cenário internacional ('digital divide').

A partir da presidência de turno da China, em 2016, o tema da economia digital seria definitivamente inserido no G20, com a criação da "Digital Economy Task Force" (DETF). Nesse período, registrou-se esforço pela organização do debate, sobretudo via a aprovação da "G20 Digital Economy Development and Cooperation Initiative" (China, 2016) e do "Roadmap for Digitalisation: Policies for a Digital Future" (Alemanha, 2017). Ambos procuravam sistematizar a discussão a partir da definição de princípios e eixos estruturantes. A discussão no marco da dita Força-Tarefa partiu com forte âncora em temas econômicos, tendo a presidência chinesa estabelecido planos prioritariamente voltados à inclusão digital financeira, inovação e empreendedorismo, digitalização da indústria e infraestrutura de conectividade.

Coube à liderança da Alemanha diversificar o tratamento do tema, a partir das conclusões de relatório "fundacional", elaborado pela OCDE, intitulado "Key Issues for Digital Transformation in the G20". Temas como o hiato digital de gênero e os impactos da transição digital sobre o mercado de trabalho (sob o rótulo do "futuro do emprego"), ascenderam ao centro das discussões naquele ano. Fato politicamente relevante foi a realização, durante a presidência alemã, da primeira reunião do G20 sobre a pauta digital em nível ministerial (Düsseldorf, 6-7/4/17), cuja declaração final recebeu o título "Shaping Digitalisation for an Interconnected World".

O espectro de temas da DETF expandiu-se timidamente durante a presidência argentina (2018), em paralelo à expressivo esforço de continuidade por estabelecer princípios para fundamentar o debate. A agenda deu continuidade a discussões sobre infraestrutura de conectividade, o futuro do trabalho e a igualdade de gênero, ao tempo que reuniu o primeiro compêndio de políticas digitais dos estados membros e testemunhou o primeiro exercício na vertente de mensuração da economia digital. Abriu-se, igualmente, nova frente para contemplar o assunto de "governo digital", ainda na forma de princípios. Pela primeira vez, foram citadas na Declaração ministerial, mesmo que superficialmente, as chamadas "tecnologias emergentes", das quais foram singularizadas inteligência artificial, Internet das Coisas (IoT) e 'blockchain'.

Coube ao Japão, em 2019, explorar em maior profundidade a vertente tecnológica, por intermédio da enunciação de princípios de IA (não vinculantes, inspirados em documento da OCDE) e do tratamento do tema de fluxo internacional de dados, sob abordagem conhecida como "Data Free Flow with Trust". Também foram priorizados, naquele ano, o conceito de "Sociedade 5.0", centrada no ser humano, e iniciativa dedicada a "cidades inteligentes" ('smart cities').

Como era inescapável, as presidências de turno da Arábia Saudita e da Itália foram amplamente marcadas pela pandemia de COVID-19. Reunião extraordinária de ministros responsáveis pela economia digital (videoconferência, abril de 2020) tratou da importância das tecnologias digitais para a superação da crise sanitária, ao tempo que reconheceu a relevância dos múltiplos hiatos digitais e dos desiguais impactos sobre países e minorias vulneráveis. A presidência saudita,

sempre pela via virtual, deu continuidade ao tratamento dos temas de mensuração da economia digital (com um 'Roadmap') e de inteligência artificial (por meio de compêndio de políticas), e inaugurou vertente sobre segurança cibernética (também compêndio) e "mobilidade inteligente" ('smart mobility'). Parte importante da Declaração de Líderes voltou-se à interface entre saúde e tecnologias digitais e, pela primeira vez, o G20 ressaltou a problemática das novas moedas digitais, mas sem apontar abordagens possíveis. As limitações da pandemia, entretanto, foram evidentes e redundaram em importante constrangimento para a liderança saudita.

A presidência da Itália teve como marco a retomada e a diversificação da pauta digital do G20, além de ter sido a responsável pela conversão da DETF em um grupo de trabalho, o "Digital Economy Working Group" – DEWG (Termos de Referência anexos), sinal do amadurecimento dessa agenda no agrupamento. A Itália conduziu quatro eventos paralelos às reuniões do DEWG, trazendo atenção aos assuntos de conectividade e inclusão digital, digitalização da produção, mensuração da economia digital e proteção ao consumidor (inclusive via tecnologia de 'blockchain'). Colocou ênfase, também, na recuperação econômica pós-pandemia e em discussões sobre a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. E gerou produtos concretos relativos a governo digital, governança de dados, segurança cibernética (sob a ótica de MSMEs), inteligência artificial e 'smart cities'.

Em 2022, a presidência da Indonésia também tocou em variada pauta sobre a Economia Digital, mas acabou prejudicada pela politização das tratativas do DEWG em razão da invasão da Ucrânia. O conjunto de medidas discutidas no DEWG naquele ano, denominado como o "Pacote de Bali", acabou não endossado pelos países do G20 em razão de divergências sobre a menção ao conflito russo-ucraniano no texto da Declaração de ministros, finalmente não adotada e substituída por um resumo da presidência ('chair's summary'). O documento trata com prioridade os temas de habilidades digitais, governo digital (identidade digital), segurança digital (sobretudo para pequenas e médias empresas) e governança de dados, e traz ênfase renovada às questões de inclusividade digital e participação de grupos vulneráveis na economia digital, a partir de visão característica de país em desenvolvimento. A presidência da Indonésia marcou, assim, o início de ciclo de lideranças de países em desenvolvimento no G20, a ter continuidade com as lideranças da Índia (2023), Brasil (2024) e África do Sul (2025). A presidência indiana, por sua vez, optou por reforçar, no ano passado, as temáticas de governo digital, segurança cibernética, e habilidades digitais.

Durante a Presidência de turno do Brasil do Grupo de Trabalho da Economia Digital do G20, os temas prioritários selecionados são: (i) Inclusão digital e Conectividade significativa e universal; (ii) Governo Digital: Construindo uma Infraestrutura Pública Digital Confiável e Inclusiva; (iii) Integridade da Informação 'online' e Confiança na economia digital; (iv) Inteligência Artificial para o Desenvolvimento Sustentável e redução das desigualdades.